

## EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos o número temático 2019.1 da Revista Textos de Economia (TEC) sobre a Economia de Santa Catarina. A presente edição contou com o apoio da Fundação de Estudos Socioeconômicos (FEPESE) para a melhora na editoração dos oito textos que compõe o fascículo.

O texto que inaugura a edição caracteriza a complexidade econômica catarinense por meio das ferramentas do espaço-produto e do índice de complexidade econômica. A análise sustenta-se em dois eixos. O primeiro compara Santa Catarina com outras unidades da federação e revela interessantes aspectos que delinham a significativa contribuição da estrutura industrial catarinense à nacional. O segundo eixo, ao comparar as mesorregiões ilustra suas grandes diferenças. Para os dois eixos analíticos, o texto ainda aponta a relação entre complexidade produtiva e desenvolvimento local e ressalta a conveniência do empenho em elevar o nível de complexidade produtiva em Santa Catarina.

O segundo artigo, relaciona-se ao primeiro por apontar aspectos centrais dos processos de inovação das empresas industriais catarinenses, setor em que são produzidos os produtos mais complexos. Utilizou para isso, a seleção de um conjunto de variáveis disponibilizadas pela Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise comparou o comportamento das empresas catarinenses com as do restante do Brasil e, mais especificamente, com as dos Estados vizinhos (Paraná e Rio Grande do Sul). Os resultados mostraram que em todos os territórios observados, cresceu o número de pessoas envolvidas com as atividades de P&D, o que sinaliza incrementos em fonte sofisticada de informação para a inovação, aumentou o número de empresas inovadoras que deram importância às fontes externas de conhecimento em seus processos de inovação, o que sinaliza aumento da interconectividade sistêmica.

O terceiro artigo, também é uma investigação sobre inovação, mas trabalha com microdados para verificar o aproveitamento de externalidades locais de conhecimento entre empresas de micro porte de Joinville, participantes do Programa Agentes Locais de Inovação (Programa ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE). O estudo utilizou dados resultantes de metodologia desenvolvida para compreender os processos de inovação em empresas de micro porte, o Radar da Inovação. Os resultados permitiram afirmar que o estímulo à percepção

sobre as oportunidades externas à firma dadas pelo Programa ALI, de fato, impulsionou o aproveitamento de externalidades locais entre as firmas de Joinville, o que resultou na melhora da capacidade inovativa das empresas. Esse resultado deve-se à combinação de disponibilidade de fontes de conhecimentos na cidade, caráter empreendedor dos empresários e atuação do agente local de inovação.

A contribuição do quarto artigo relaciona-se aos três primeiros por estudar a oferta de cursos de nível superior de formação direta de ciência e tecnologia em Santa Catarina, algo central à inovação e, conseqüentemente, à geração de complexidade econômica. O artigo foca na questão de gênero tanto no ingresso nos cursos de C&T, como na ocupação efetiva de empregos na área. Para isso, utilizou dados do censo universitário do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para ensino, e da base Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), para mercado de trabalho, ambos para o ano de 2015. Os resultados revelaram, por exemplo, que apesar de a participação feminina no ensino superior ser maior do que a masculina, ainda se encontra subestimada tanto no subconjunto de cursos considerados de formação direta de C&T, como na força de trabalho. Mostra ainda que nas principais regiões do Estado há equivalência salarial entre os gêneros, o que não é o caso para as regiões em que essas carreiras são ainda pouco representativas do emprego local.

O quinto texto discute a questão do ciclo político, mas especificamente ao comportamento eleitoreiro oportunista dos prefeitos catarinenses entre 2006 e 2015. Utiliza-se de ferramental econométrico para investigar se a prática eleitoreira compensa. Os resultados confirmaram a principal hipótese, ou seja, os eleitores premiam o comportamento oportunista dos prefeitos no período. Daí a sugestão de, por exemplo, rediscutir a Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente no que tange o uso de recursos de operações de crédito para financiar investimentos públicos em anos eleitorais, como forma de suavizar o ciclo político.

O sexto, sétimo e oitavo artigos têm foco da economia agropecuária e agroindustrial do território catarinense. O primeiro deles, aborda a o problema da gestão de efluentes da atividade de suinocultura. Avalia, por meio de entrevistas de campo, a evolução do uso de tecnologia específica de coleta e queima de biogás entre produtores das microrregiões de Joaçaba, Concórdia e Xanxerê. Os resultados revelaram que obstáculos financeiros têm limitado a difusão da tecnologia entre os produtores, o que pode levar a sua exclusão, dadas as novas exigências legais para atuação no segmento.

O sétimo artigo analisa, por meio da Visão Baseada em Recursos (VBR), a relação entre capacidades na utilização de recursos estratégicos e desempenho econômico entre produtores de fumo do Estado. A pesquisa, realizada em 79 estabelecimentos participantes de programa específico voltado à capacitação gerencial e sustentável do agronegócio, gerou resultados que confirmam a esperada relação positiva. No entanto, o artigo mostrou que algumas capacidades específicas parecem ser essenciais, o que inclui saber usar a internet ou utilizar tecnologias de produção.

Fecha essa edição uma análise dos movimentos de concentração e diversificação produtiva no setor agropecuário. O texto baseia-se na noção de que a internacionalização dos mercados de *commodities* agrícolas tem imposto restrições legais e padrões de produção e comércio que limitam a diversificação. A análise empírica das mesorregiões catarinenses no período de 1966 a 2016 utilizou o Índice de Herfindahl e o Quociente locacional. Os resultados indicam um movimento de substituição das culturas de milho e feijão por soja, avançando para regiões não tradicionais e com a inclusão de estabelecimentos de pequeno porte. Isso é especialmente relevante uma vez que o soja para exportação não é processado no Estado, limitando a dinâmica produtiva entre agropecuária e agroindústria local. Notou-se ainda, entre as mesorregiões, que as substituições de áreas plantadas e a concentração em determinadas culturas foi ainda mais intensa, com destaque para a região Sul e a produção de arroz.

Boa Leitura!

Pablo Felipe Bittencourt (Editor Gerente) e Solange Regina Marin (Editora Chefe)